

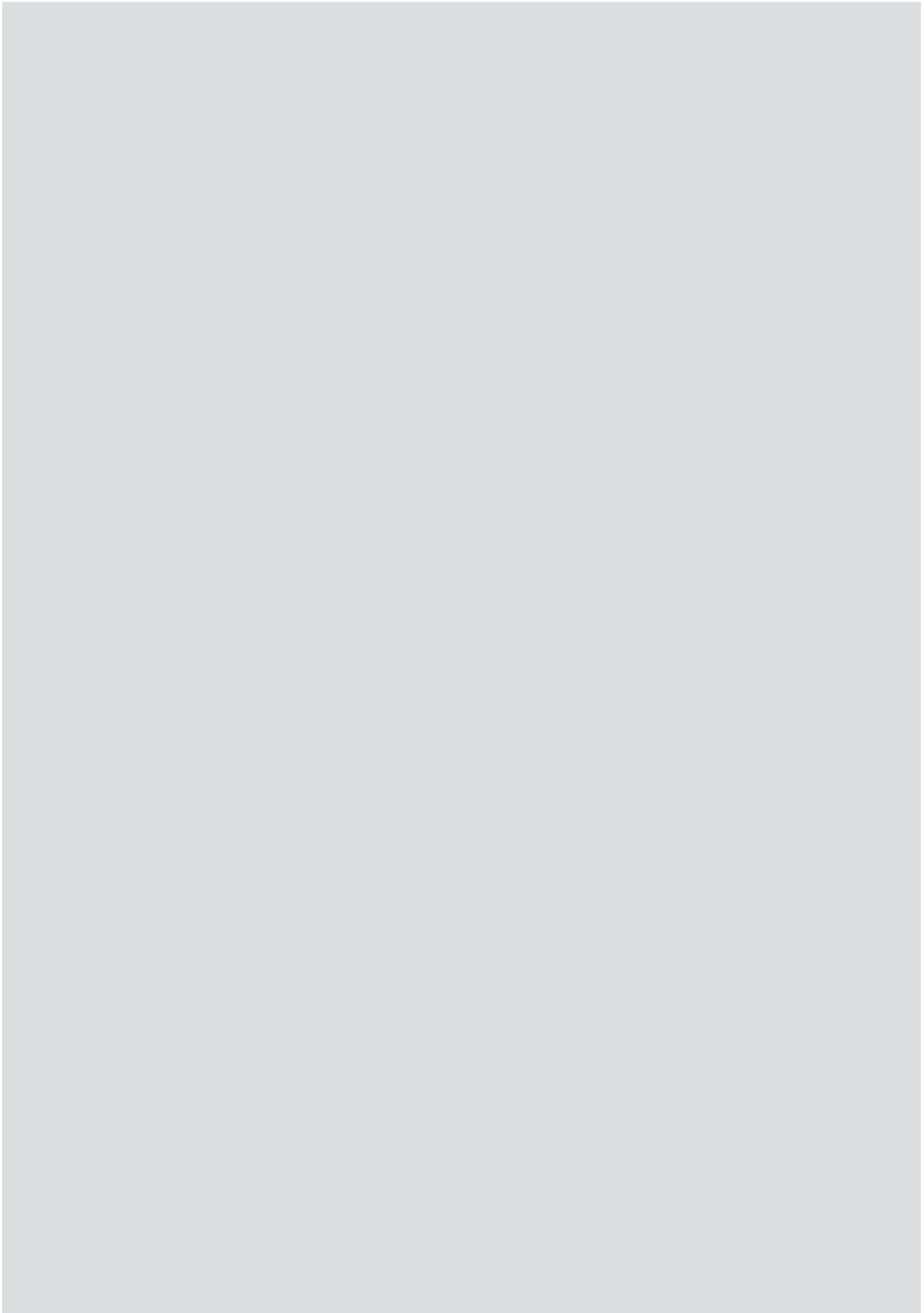
**BONIFÁCIO X.
ANDRADE***

lições aprendidas sobre
nordeste, mundo e meio ambiente

**ENOQUE GOMES
CAVALCANTE****

* Professor
aposentado do
Departamento de
Ciências Sociais da
Universidade
Federal de
Pernambuco (UFPE)
e presidente do
Instituto de
Pesquisas Sociais,
Políticas e
Econômicas
(IPESPE)

** Professor
aposentado do
Departamento de
Ciências
Geográficas da
Universidade
Federal de
Pernambuco (UFPE)
e diretor de
Relações
Institucionais do
Instituto de
Pesquisas Sociais,
Políticas e
Econômicas
(IPESPE).



INTRODUÇÃO

É importante afirmar que é uma honra e uma grande satisfação descrever sobre o professor Manuel Correia de Andrade, autor, entre tantas obras, de *A Terra e o Homem no Nordeste*, escolhida entre as cem melhores do século XX. Além disso, ocupa ele a galeria dos maiores cientistas sociais do Nordeste, no mesmo âmbito de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Celso Furtado. Entre as numerosas lições de vida acadêmica e profissional, vamos enunciar, apenas, as que têm uma estreita relação com desenvolvimento e sustentabilidade.

PRINCIPAIS LIÇÕES

1^a) *A Terra e o Homem no Nordeste* pode e deve conviver de forma articulada e bem integrada dentro dos princípios da responsabilidade ambiental, da justiça social e da solidariedade entre todas as gerações e, particularmente, da responsabilidade com o futuro.

2^a) Propõe uma gestão sustentável dos recursos naturais, econômicos, sociais e institucionais, baseados numa utilização racional, sem desperdícios e repartidos, equitativamente, entre todos os envolvidos, dentro de uma gestão participativa. Uma gestão eficaz dos recursos naturais e públicos devem favorecer, particularmente, o pequeno produtor e suas famílias. Neste sentido, a terra, a água, o crédito e as oportunidades de mercado constituem recursos indispensáveis para as populações pobres produtoras da Região Nordeste. O Estado deve criar garantias de mercado para os produtos dos pequenos agropecuaristas, inclusive uma política de preços mínimos.

3^a) Defende um processo de mundialização econômica que integre todas as forças vivas da sociedade do Nordeste, dentro dos princípios da responsabilidade e solidariedade. Ou seja, que haja um processo de globalização de forma sustentada com autonomia e interdependência, isto é, em que todos sempre ganhem. E o Estado brasileiro deve se engajar muito mais nessa tarefa de muitas mãos. O mercado, a comunidade e seu meio ambiente devem interagir para que haja equilíbrio em suas relações. Os países pobres e emergentes produzirão mais para seus mercados internos e suas populações e exportarão bens e serviços de maior

valor agregado. Deve haver um intenso processo de industrialização com mais aperfeiçoada tecnologia nacional.

4ª) O Estado deve abrir mais oportunidades para as populações mais pobres do Nordeste e incorporando-as de forma sustentável ao setor formal, por meio de recursos públicos alocados de maneira organizada, racional e continuada. Historicamente, as classes dominantes sempre tiveram o Estado ao seu favor, como por exemplo, o antigo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), posteriormente o Proálcool, e, agora, a Petrobras, com os biocombustíveis, cujas terras competem com as de alimentos. O Banco do Nordeste e a Sudene, com o Finor, sempre favoreceram os latifundiários. E também a Codevasf, para a agricultura irrigada e o DNOCs, para as culturas de sequeiro, sempre beneficiaram os grandes produtores rurais. É chegada a hora de o Estado se voltar também para as comunidades carentes, especialmente do Sertão.

5ª) Distinguiu sempre desenvolvimento de crescimento. Este é um aspecto importante, criar empregos, produtos e serviços, mas não é tudo. Precisa-se preservar o meio ambiente, preservar a cultura local e regional e promovê-la. Agir com ética e dignidade. Precisa-se ser responsável com os recursos naturais e públicos e ser solidário com as gerações que estão por vir. Só assim, o desenvolvimento é sustentável com maior qualidade de vida, com melhores indicadores sociais e ambientais.

6ª) O professor Manuel Correia nos ensina que, para haver desenvolvimento sustentável, é preciso tipos de responsabilidades: a social, a econômica e a ambiental. Segundo ele, quando se vive de forma responsável perante a natureza, a sociedade e, especialmente, o Estado (responsável perante a República), pratica-se, cotidianamente, a responsabilidade ética. Hoje, mais do que nunca, é necessária a consciência, a vivência da moralidade pública, otimizando os recursos públicos, utilizando-os de forma a reduzir desperdício, maximizar sua eficácia. Nesse contexto, as coisas do Estado e da natureza necessitam ser melhor consideradas. A postura do homem do Nordeste, particularmente, do homem do Agreste e do Sertão, diante dos recursos hídricos, deve ser vista com a consciência ética e a responsabilidade social por se tratar de um recurso que não é mais privado, e sim, público (para todos), e base da sua sobrevivência. Essa consciência de nordestino em relação à sua responsabilidade perante os recursos naturais e sociais é uma exigência da modernização econômica, trazidos, sobretudo, pelo processo da chamada globalização da economia mun-

dial. O Nordeste, elo frágil da economia brasileira, precisa se fortalecer perante esse processo que atinge fortemente a nossa sociedade.

7^a) Dizia Maurice Strong que hoje é preciso se pensar globalmente e agir localmente, mas, como ressalta Manuel Correia, a vulnerabilidade dos Estados do Nordeste e de suas economias leva-nos a também agir regionalmente. Ou seja, há que pensar e agir unidos, enquanto Região, como bloco. Nessa união de estados é que residirá a força para se enfrentar os gigantes globalizados. E assim também pensa o constitucionalista Paulo Bonavides, quando fala do Estado Regional. Uma maior integração regional (dos estados do Nordeste) é muito salutar se fortalecer frente às demais regiões do país (como o Sul e Sudeste) e também se adequar melhor aos desafios internacionais provenientes do acelerado processo da mundialização econômica. A necessidade de uma maior cooperação interestadual é defendida também pela historiadora Aspásia Camargo e, no cenário internacional, por Gianfranco Miglio, da Universidade de Milão, para se fazer face às distorções e disparidades, principalmente face ao Nordeste;

8^a) Já Celso Furtado, em 1959, quando da criação da Sudene, fundamentada nos postulados do GTDN, preocupou-se com a questão das disparidades, interregionais e intrarregionais. O Projeto Sudene seria um grande órgão articulador, integrador e coordenador das políticas públicas para o Nordeste com o desafio de implementar as reformas estruturais básicas capazes de criar na Região as condições para dar um salto qualitativo que seria advindo do seu desenvolvimento (regional). O geógrafo e historiador Manuel Correia estava presente como um dos assessores para o planejamento das ações estratégicas, que seriam tomadas para o tão sonhado desenvolvimento regional. Sonho este interrompido pelas mudanças políticas abruptas ocorridas a partir de 1964 e 1968, que esvaziaram as diretrizes mestras da filosofia dos primeiros Planos Diretores. O professor Manuel Correia e o economista Fernando Mota deram uma enorme e importante contribuição para elaboração desses Planos Diretores e que contaram com subsídio válidos de Francisco de Oliveira.

9^a) Os professores Manuel Correia e Celso Furtado eram sensíveis às teses do médico e geógrafo Josué de Castro sobre as marcas indeléveis provocadas pela fome, tese surgida já a partir dos anos 50 e contidas na clássica obra *Geografia da Fome*, posteriormente, também, na *Geopolítica*

da Fome, publicações que se tornaram famosas no Exterior, principalmente, nos anos 60 e 70. Por conta de suas teses, Josué de Castro ocupou uma diretoria da FAO/ONU, em Roma. Por isso, tanto GTDN e quanto os Planos Diretores contemplavam políticas para o combate à fome e para convivência com as secas. Tanto Correia como Furtado preocuparam-se com uma melhor alocação e distribuição dos recursos regionais por meio da definição de políticas públicas que viessem a reduzir as disparidades inter e intrarregionais e melhorassem a justiça social na Região e as condições de vida de sua população. Isso mediante a melhoria dos níveis de emprego, renda e da nutrição pela elevação da produtividade dos fatores de produção e da melhor distribuição dos seus rendimentos.

10ª) Portanto, Manuel Correia sempre se preocupou com um Nordeste socialmente mais justo, ambientalmente mais saudável e institucionalmente mais eficaz. Neste sentido, defendeu um novo modelo de planejamento e desenvolvimento regional: mais democrático, mais descentralizador e mais desconcentrador. Suas instituições e organizações regionais como Sudene, Banco do Nordeste, Codevasf, DNOCS, etc. precisam ser mais eficazes na satisfação das demandas de suas populações. O estudioso preocupou-se, também, com relações nacionais e internacionais mais justas e interdependentes para a Região, dentro dos parâmetros norteadores da sustentabilidade do desenvolvimento e dentro da abordagem do pensamento de Ignacy Sachs, defensor da filosofia do codesenvolvimento. Manuel Correia também concordava com as ideias de uma nova ordem mundial defendida pelo pensador francês Jacques Attali baseada em novos valores como: valor ecológico (de santuário mundial), valor solidariedade e cooperação (integração regional) e valor liberdade e democracia (nomadismo institucional).

CONCLUSÃO

Finalmente, Manuel Correia soube, com sabedoria, conviver acadêmica e profissionalmente com colegas e deles absorver conhecimentos sobre os temas acima referidos. Pode-se lembrar aqui pesquisadores como Guimarães Duque, que tratou com profundidade as questões da água e do solo no semi-árido. Com José Gomes da Silva debateu e contribuiu em muito para a compreensão da reforma agrária. Com Paulo

Haddad discutiu a importância do desenvolvimento regional endógeno. Com Mário Lacerda de Melo trabalhou de perto a questão das regiões socioeconômicas e geográficas do Nordeste e suas limitações e potencialidades para o desenvolvimento regional. Com uma geração de brilhantes ex-alunos, como Tânia Bacelar, Leonardo Guimarães, Renato Duarte, Clóvis Cavalcanti, entre outros, incentivou e também recebeu benéficas contribuições acadêmicas e profissionais. O professor Manuel Correia nos deixa um legado de conhecimentos, cuja enorme contribuição – como, por exemplo, a de *A Terra e o Homem no Nordeste* e de dezenas de outras obras e pesquisas do mais elevado nível científico – só com o tempo poderemos avaliar.